



PROCURADOR AUTÁRQUICO

LEIA COM ATENÇÃO

- 01** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02** Preencha os dados pessoais.
- 03** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 64 (sessenta e quatro) questões; se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 04** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando uma só alternativa correta.
- 05** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
- 06** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de resposta.
- 07** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo (●).

A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.

- 08** Só marque uma resposta para cada questão.
- 09** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 10** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, distribuídos entre as demais.
- 11** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre os conteúdos das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 12** Não será permitido o uso de telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS E 30 MINUTOS

Nome _____

Identidade _____ **Órgão Exp.:** _____

Assinatura _____



Língua Portuguesa

TEXTO 1

Trabalho e ética

A palavra “ética” vem do grego “ethos”, significando modo de ser, caráter, conduta, e os filósofos consideram a ética como algo imprescindível para estudar o ser humano e sua convivência com os outros, constituindo uma sociedade saudável e equilibrada.

Com escândalos estampando as manchetes dos jornais e a conseqüente impunidade dos envolvidos do alto escalão, todos se perguntam: esse modelo de ética e moral tem que ser revisto? Deixa de ser antiético forjar algum relatório na empresa para obter benefício próprio? Subornar um segurança para não registrar visitas à empresa fora de hora ou desvio de materiais da empresa ou uso da frota para fins não publicáveis?

Moral, por outro lado, é um conjunto de normas que norteiam as ações do ser humano, como costumes, conduta, valores, e que podem mudar de acordo com a região devido às influências culturais e históricas. Moral e ética não devem ser confundidas: moral é normativa, e ética busca a justificativa de ações do indivíduo em diversas situações. Exemplo: colocar um bem da empresa dentro da meia é algo imoral, é roubo. O autor conhece as conseqüências, mas eticamente não se detém, pois seu “freio moral” está deturpado por novos valores que supõem sejam os corretos, apesar de individualistas e obscenos.

Também a Lei não pode ser confundida com a ética, embora a Lei tenha seus princípios nela baseados. É importante lembrar que tudo começa na formação que os pais dão aos filhos e em como os valores adquiridos evoluem ao longo da vida da criança, na escola. Pais ausentes criarão indivíduos totalmente imprevisíveis, e isso pode ser um risco à sociedade, já que cada um reage de maneira diferente a traumas e carências.

Numa empresa, o dono é o responsável pelos atos que sua equipe realiza enquanto trabalha. Produzir algo com qualidade inferior e vendê-lo como primeira linha possibilita que o consumidor acione a Justiça para o cumprimento da ética e de seus direitos. Preconceitos, abuso de poder, assédio moral e sexual também estão na lista.

As profissões têm o seu próprio Código de Ética, que é um conjunto de normas de cumprimento obrigatório, derivadas da ética, frequentemente incorporadas à lei pública. Nesses casos, os princípios éticos passam a ter força de lei. Mesmo nos casos em que esses códigos não estão incorporados à lei, seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos nos quais se discutam fatos relativos à conduta profissional. Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.

Nosso padrão de moral e ética pessoal permite escalar o sucesso sem ferir nossos princípios e valores; determina nossa credibilidade perante o mercado; nos coloca em situação de destaque junto da organização a que pertencemos e nos confere seriedade e respeito. Ética, portanto, é item de fábrica que acompanha o profissional do futuro, que já obtém sucesso nos dias de hoje. É o perfil que as empresas, o país e o mundo precisam para reparar os danos causados por graves acidentes éticos e morais que possam ter ocorrido no passado.

Ramon Barros. Texto disponível em:
<http://www.artigonal.com/recursos-humanos-artigos/trabalho-etica-1801689.html>. Acesso em 17/01/2012. Adaptado.

01. Um tema pode ser abordado a partir de diversas perspectivas. No caso do Texto 1, o autor aborda o tema, privilegiadamente:

- A) em sua relação com a política.
- B) na perspectiva das relações familiares.
- C) com foco no contexto empresarial.
- D) fazendo um paralelo com a Lei.
- E) comentando os Códigos das profissões.

02. É possível reconhecer, para o Texto 1, os seguintes propósitos, EXCETO o de o autor:

- A) dissertar acerca da evolução histórica por que passou o étimo “ethos”.
- B) emitir sua opinião acerca de um tema recorrente na atualidade.
- C) marcar sua posição no que se refere a certas atitudes dos trabalhadores.
- D) comentar acerca de algo relevante para o mundo do trabalho.
- E) explicar ao leitor algumas diferenças entre “ética” e outros conceitos.

03. No que se refere a características que se evidenciam no Texto 1, analise as proposições abaixo.

- 1) Há intertextualidade explícita, no trecho: “A palavra “ética” vem do grego “ethos”.
- 2) Na quase totalidade do texto, o autor opta por seguir as regras estabelecidas pela norma padrão da língua portuguesa.
- 3) Prevalece o sentido denotativo das palavras, mais adequado aos propósitos comunicativos do autor.
- 4) Do ponto de vista tipológico, o autor privilegia as sequências narrativas, que conferem certa informalidade ao texto.

Está(ão) correta(s):

- A) 2 e 3, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

04. “Também a Lei não pode ser confundida com a ética, embora a Lei tenha seus princípios nela baseados.”. Nesse trecho, o segmento sublinhado estabelece, com o anterior, uma relação semântica de:

- A) causalidade.
- B) conformidade.
- C) conclusão.
- D) concessão.
- E) condição.

05. “Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.” (6º §). O termo destacado nesse trecho tem valor semântico equivalente ao de:

- A) “Por isso”.
- B) “Com tudo”.
- C) “Porquanto”.
- D) “Assim”.
- E) “Além disso”.

06. "O autor conhece as consequências, mas eticamente não se detém, pois seu "freio moral" está deturpado por novos valores que supõe sejam os corretos, apesar de individualistas e obscenos." Assinale a alternativa na qual o sentido do segmento destacado nesse trecho está mantido.

- A) pois valores novos, que supõe sejam corretos, vêm deturpando seu "freio moral", embora este seja individualista e obsceno.
- B) pois seu "freio moral" está sendo deturpado por valores que, embora sejam novos, pressupõe correção, individualismo e obscenidades.
- C) pois, devido a serem individualistas e obscenos, novos e corretos valores deturpam seu "freio moral".
- D) pois seu "freio moral" se encontra deturpado por valores individualistas, obscenos, corretos e novos.
- E) pois novos valores, supostamente corretos, ainda que individualistas e obscenos, deturpam seu "freio moral".

07. "os filósofos consideram a ética como algo imprescindível para estudar o ser humano (...)". O prefixo presente no termo destacado é uma pista para entendermos seu significado: 'de que não se pode prescindir'. Esse mesmo prefixo se encontra nas palavras abaixo, cujo significado está dado. Assinale a alternativa na qual o sentido dado para o termo está incorreto.

- A) 'Insipiência' = ignorância.
- B) 'Insólito' = sem sol.
- C) 'Improcedente' = sem fundamento.
- D) 'Impávido' = corajoso.
- E) 'Intransigente' = inflexível.

08. No segmento sublinhado no trecho: "A palavra "ética" vem do grego "ethos", significando modo de ser, caráter, conduta", as vírgulas se justificam pela mesma razão que justifica a(s) vírgula(s) no seguinte trecho:

- A) "Exemplo: colocar um bem da empresa dentro da meia é algo imoral, é roubo."
- B) "Preconceitos, abuso de poder, assédio moral e sexual também estão na lista."
- C) "seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos".
- D) "Pais ausentes criarão indivíduos totalmente imprevisíveis, e isso pode ser um risco à sociedade, já que cada um reage de maneira diferente a traumas e carências."
- E) "Ética, portanto, é item de fábrica que acompanha o profissional do futuro".

TEXTO 2



Imagem disponível em: www.coachingsp.wordpress.com. Acesso em 18/01/12.

09. No Texto 2, o primeiro enunciado da personagem Mafalda é mal compreendido por sua interlocutora principalmente porque esta:

- A) não tem a bagagem cultural necessária para dar o sentido correto ao termo 'Natal'.
- B) desconhece o referente do substantivo genérico 'pessoas'.
- C) não tem o necessário domínio do código utilizado pela personagem Mafalda.
- D) não consegue perceber o duplo sentido da expressão 'o melhor do Natal'.
- E) confere ao pronome 'se' um sentido reflexivo, diferente do sentido pretendido.

10. Observe a correção da forma verbal utilizada no enunciado: “Se soubesses quanto gosto de mim no Natal!”. Assinale a alternativa em que a forma verbal sublinhada está igualmente correta.
- A) Se veres a Mafalda, diga-lhe que adoro o Natal!
 - B) Se dissestes palavras agradáveis, eu gostaria do Natal.
 - C) Se vires cedo para casa, traz os presentes de Natal!
 - D) Se todos fazessem boas ações no Natal, esta seria uma festa linda!
 - E) Se propuseres mudanças, talvez eu goste do Natal.

História e Geografia de Igarassu

11. A Igreja e Convento de Santo Antônio em Igarassu possuem um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro. Assinale a alternativa que corresponde a esse estilo.
- A) Rococó.
 - B) Escola Franciscana do Nordeste.
 - C) Barroco neoclássico.
 - D) Escola Barroca do Nordeste.
 - E) Escola Barroca do Brasil.
12. Durante a Revolução Praieira, o atual Município de Igarassu teve um importante destaque, pois abrigou as tropas de Manoel Pereira de Moraes. Sobre a Revolução Praieira, assinale a alternativa correta.
- A) Em linhas gerais, o alvo da insatisfação dos revoltosos era referente à dominação das famílias oligárquicas e ao controle do comércio, exercido pelos portugueses.
 - B) A Revolução Praieira recebeu este nome porque os combates geralmente aconteciam no litoral.
 - C) A revolta defendia a permanência da monarquia e a preservação da ordem com as intervenções estatais.
 - D) A Revolução era de caráter elitista e não contou com o apoio e a adesão das camadas mais populares.
 - E) Os revoltosos exigiam que o Estado controlasse as mídias locais, subsidiando sua manutenção e investindo em melhorias na área.

13. Esta questão apresenta uma proposição e uma razão para a proposição.

O Município de Igarassu possui solos predominantemente litólicos PORQUE os terrenos onde se localiza o Município são formados por rochas ígneas extrusivas originadas durante o mesozóico.

Agora assinale:

- A) se a proposição é verdadeira e a razão uma afirmativa falsa.
 - B) se a proposição e a razão são afirmativas falsas.
 - C) se a proposição e a razão são afirmativas verdadeiras e a razão não é a causa da proposição.
 - D) se a proposição e a razão são afirmativas verdadeiras e a razão é a causa da proposição.
 - E) se a proposição é uma afirmativa falsa e a razão uma afirmativa verdadeira.
14. Algumas áreas do Município de Igarassu são ocupadas por um ecossistema denominado manguezal. Sobre esse assunto, analise as proposições abaixo.
- 1) Os manguezais instalam-se em costas de muitas zonas tropicais e subtropicais; é um ecossistema que sustenta uma imensa biodiversidade.
 - 2) A perda do ecossistema referido provoca a redução da biodiversidade, além de provocar a erosão de áreas costeiras e afetar a qualidade das águas.
 - 3) Uma das atividades produtivas que atualmente causa expressivos danos aos manguezais é a carcinocultura.
 - 4) Os manguezais são ecossistemas que se situam em faixas de transição entre o ambiente marinho e o ambiente terrestre, nos locais onde os rios deságuam no mar; são habitados por espécies vegetais características de ambientes alagados e resistentes à alta salinidade.
- Está(ão) correta(s):
- A) 1, apenas.
 - B) 4, apenas.
 - C) 2 e 3, apenas.
 - D) 1, 2 e 4, apenas.
 - E) 1, 2, 3 e 4.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

15. As disposições sobre o Sistema Tributário Nacional localizam-se no título VI da Constituição Federal, sob a denominação "Da tributação e do orçamento". Sobre as normas do capítulo I, é correto afirmar que:
- A) abrangem normas referentes às diretrizes orçamentárias, vedações e limitações ao poder de tributar.
 - B) abrangem normas principiológicas, normas referentes às limitações do poder de tributar e repartição de receitas tributárias.
 - C) abrangem normas relativas às finanças públicas, no que tange à organização da arrecadação de receitas derivadas.
 - D) abrangem normas relativas à ordem econômica, especialmente quanto à eficácia da administração tributária, segundo o princípio da função social da propriedade.
 - E) abrangem as vedações relativas à realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
16. Pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
- A) Senadores.
 - B) Deputados Federais.
 - C) Governador do Distrito Federal.
 - D) Defensoria Pública.
 - E) A Associação que esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil.
17. A Constituição Federal, em seu artigo 231, garante aos índios o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Para concretizar o princípio da dignidade humana, a União demarcará e protegerá essas terras, fazendo respeitar todos os seus bens, tornando-as assim:
- A) propriedade das comunidades indígenas, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
 - B) bens de uso comum do povo, e por isso inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis.
 - C) bens públicos dominicais, que podem ser usucapidos apenas por comunidades indígenas e quilombolas.
 - D) bens públicos, e quando tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente.
 - E) bens públicos, estaduais ou municipais, embora demarcadas pela União.
18. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando terras é reconhecida(o):
- A) a posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
 - B) o usufruto da área demarcada, desde que mantidas as características culturais e de identidade que a destacam como comunidade quilombola.
 - C) a propriedade definitiva.
 - D) a posse permanente, desde que não estejam tombadas, por força do artigo 216, §5º, da Constituição Federal.
 - E) a concessão de direito real de uso dessas terras públicas, com a devida averbação em registro de imóveis.
19. Sobre a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as proposições abaixo.
- 1) Editar normas sobre Direito Tributário, Financeiro, Eleitoral, Trabalhista, Penitenciário, Econômico e Urbanístico são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - 2) Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
 - 3) É de competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte, sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico e sobre Direito Civil, Direito Penal, Comercial e Processual.
 - 4) Quando a competência para legislar for concorrentemente da União, dos Estados e dos Municípios, a União estabelecerá as normas gerais, cabendo aos Estados a competência suplementar, e aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.
 - 5) Compete aos Municípios manter os programas de educação infantil e de ensino fundamental, além de organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo.
- Estão corretas, apenas:
- A) 1, 3 e 4.
 - B) 1, 3 e 5.
 - C) 1 e 2.
 - D) 2, 4 e 5.
 - E) 2 e 4.

20. O Poder Judiciário atua na esfera federal, estadual e municipal, através dos magistrados e dos Tribunais. Sobre sua organização e competência, é incorreto afirmar que:

- A) O Conselho Nacional de Justiça passou a integrar o Poder Judiciário Nacional com a Emenda Constitucional 45/2004.
- B) Um quinto da composição dos Tribunais Brasileiros será de membros representantes do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- C) Os juizados especiais são criados pela União e pelos Estados com o objetivo de neles serem processados e julgados processos relativos a causas cíveis de menor complexidade e a infrações penais de menor potencial ofensivo.
- D) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.
- E) A Justiça Eleitoral é composta pelos seguintes órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes Eleitorais.

21. As funções essenciais à Justiça estão disciplinadas na Carta Federal, nos Arts. 127 a 135, os quais estabelecem que:

- 1) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- 2) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa em todos os graus dos necessitados.
- 3) a Advocacia Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- 4) o Ministério Público é instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, a quem cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- 5) o Ministério Público abrange o Ministério Público da União e dos Estados, e cada um deles se subdivide em Ministério Público federal ou estadual, conforme o caso, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 5.
- B) 3 e 4.
- C) 1, 2, 3 e 4.
- D) 3 e 5.
- E) 1, 2 e 4.

22. Sobre a organização administrativa dos Municípios, pode-se afirmar que:

- A) a Lei Orgânica que rege o Município é aprovada em um único turno pela Câmara Municipal, por maioria simples, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado em que está situado.
- B) os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores são de quatro anos, tendo os primeiros, juntamente com os Secretários Municipais, os subsídios fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, enquanto que os dos Vereadores são fixados pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
- C) o Prefeito Municipal é julgado pelo Tribunal Regional Federal quando comete crime de responsabilidade, quando por exemplo efetua repasse de recursos superiores aos limites definidos pela Constituição Federal.
- D) o Presidente da Câmara Municipal responde por crime de responsabilidade nas mesmas hipóteses previstas para o Chefe do Poder Executivo do Município.
- E) a fiscalização dos Municípios será exercida por Tribunais, Conselhos ou Órgãos de Contas Municipais instituídos por iniciativa da Prefeitura, ou na ausência desses, pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Direito Administrativo

23. Sobre as formas de intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que:

- A) desapropriação é a forma de intervenção do Estado na propriedade, caracterizando-se pela transferência do domínio útil de um bem imóvel privado à Administração Pública, em razão da prática de ilícito ou inadimplemento de tributos.
- B) tombamento é a forma de intervenção do Estado na propriedade incidente sobre bens imóveis, caracterizando-se pela transferência dos poderes de uso e disposição para a Administração Pública, com finalidade de proteção do patrimônio histórico e artístico.
- C) requisição é a forma de intervenção do Estado na propriedade caracterizada pela utilização transitória de bens particulares, com ou sem pagamento de indenização, em caso de iminente perigo público.
- D) ocupação provisória é a forma de intervenção do Estado na propriedade privada visando a garantir a efetivação de sua função social
- E) servidão administrativa é a forma de intervenção do Estado na propriedade através da qual há gradual transferência do domínio, parcial ou total de imóvel, para a consecução de finalidades públicas.

24. A Lei Federal nº 9784/99 explicita os princípios aplicáveis ao processo administrativo, entre eles:
- A) auto-executoriedade e legalidade.
 - B) moralidade e proporcionalidade.
 - C) eficácia e retroatividade do entendimento administrativo.
 - D) eficácia e independência do contencioso administrativo.
 - E) prevalência do interesse público e improbidade administrativa.
25. “Considera-se _____ atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do trecho acima.
- A) poder disciplinar.
 - B) poder regulamentar.
 - C) poder vinculado.
 - D) poder de polícia.
 - E) poder discricionário.
26. Sobre a responsabilidade extracontratual da Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - B) as pessoas jurídicas de direito público responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. É assegurado o direito de regresso contra o responsável, bastando que seja demonstrado o nexo causal entre a autoria do agente e o dano.
 - C) as pessoas jurídicas de direito público responderão objetivamente pelos danos causados por terceiros a seus agentes, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - D) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos casos de dolo ou culpa.
 - E) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem, assegurado o direito de regresso contra terceiros.
27. Na hipótese de Administração praticar ato administrativo discricionário e posteriormente constatar que não era conveniente nem oportuno, deverá:
- A) anular imediatamente o ato.
 - B) revogar imediatamente o ato.
 - C) declarar nulo o ato.
 - D) repristinar o ato.
 - E) invalidar o ato.
28. Quanto às sanções e ao processo administrativo e judicial em decorrência da prática de ato ímprobo, é incorreto afirmar que:
- A) independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito a perda de bens e valores, quando comprovado o enriquecimento ilícito e o agente auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade.
 - B) o ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública e a prática de qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, poderá acarretar a penalidade de ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pena pecuniária e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.
 - C) a investigação visando apurar a prática de improbidade poderá ser iniciado mediante representação de qualquer interessado à autoridade da administração competente, sendo dispensável a identificação do representante, exigindo-se apenas, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
 - D) o Ministério Público ou a procuradoria do órgão poderão requerer ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
 - E) proposta a ação de improbidade administrativa, é vedada a transação, acordo ou conciliação, e estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito. Caso o juiz se convença da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, poderá rejeitar a ação.

29. Sobre o regime dos bens públicos, é incorreto afirmar que:

- A) são consideradas dívida ativa da União, para efeito de cobrança executiva, as provenientes de aluguéis, taxas, foros, laudêmios e outras contribuições concernentes à utilização de bens imóveis da União.
- B) nos casos de regularização fundiária de interesse social, os Municípios poderão lavrar auto de demarcação nos imóveis localizados em sua circunscrição territorial, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada.
- C) aos bens imóveis da União, quando indevidamente ocupados, invadidos, turbados na posse, ameaçados de perigos ou confundidos em suas limitações, cabem os remédios de direito comum.
- D) os imóveis da União poderão ser locados a qualquer interessado, mediante licitação sob a modalidade de concorrência pública, pelo maior preço oferecido, na base mínima do valor locativo fixado, admitida a dispensa de licitação quando presentes os requisitos legais.
- E) o Serviço de Patrimônio da União deverá exigir de todo aquele que ocupar imóvel, presumidamente pertencente à União, a apresentação dos documentos e títulos comprobatórios de seus direitos sobre o mesmo, no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período.

30. Na situação hipotética, uma autarquia federal recebeu recursos do CNPq para aplicá-los na aquisição de equipamentos de laboratório com a finalidade de serem utilizados exclusivamente em projeto de pesquisa de natureza institucional. A compra foi orçada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Assinale a alternativa que corresponde à conduta que a autarquia deverá adotar para adquirir os equipamentos, da forma mais rápida e eficiente possível.

- A) Elaborar o termo de referência e lançar edital de licitação na modalidade de Concorrência Pública, em razão do valor da compra.
- B) Realizar a licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, aplicável à hipótese em face da compra não ultrapassar o teto legal para tal fim.
- C) Adquirir diretamente, por ser dispensável a licitação, tendo em vista a origem dos recursos e o fim a que se destinam os equipamentos.
- D) Adquirir diretamente, por ser inexigível a licitação, em razão da compra ter por objetivo a aquisição de equipamentos de laboratório, de natureza científica.
- E) Realizar Tomada de Preços, solicitando três propostas de empresas fornecedoras dos equipamentos, para escolher a mais vantajosa para a autarquia.

31. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar que:

- A) regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- B) a duração dos contratos administrativos regidos pela Lei n. 8666/93 ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, admitindo-se, todavia, em situações excepcionais, seja estipulado no contrato prazo indeterminado de vigência.
- C) é facultado à Administração optar pela nota de empenho de despesas, pela carta contrato, pela autorização de compra ou pela ordem de serviços, em substituição ao instrumento de contrato.
- D) é inadmissível o contrato verbal feito por órgão da Administração Pública Federal, salvo em caráter emergencial, para atender situação de calamidade pública.
- E) o órgão contratante é responsável solidariamente com o contratado, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Direito Tributário

32. Tributo é:

- A) a prestação pecuniária, compulsória ou voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- B) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada, e discricionária quando a lei tributária expressamente autorizar.
- C) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- D) a prestação econômica compulsória, em moeda ou bens, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- E) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada, e discricionária quando a lei tributária expressamente autorizar.

- 33.** O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Será efetuado de ofício nas hipóteses seguintes:
- A) quando a legislação impõe ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
 - B) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
 - C) quando a pessoa legalmente obrigada, atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.
 - D) quando houver dúvida quanto à ocorrência do fato gerador.
 - E) quando deva ser apreciado fato conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- 34.** Os créditos tributários preferem a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados(as):
- A) na falência, os créditos trabalhistas cedidos a terceiros.
 - B) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento.
 - C) os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
 - D) os créditos quirografários.
 - E) multas tributárias.
- 35.** Sobre o fato gerador, é correto afirmar que:
- A) tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - B) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
 - C) tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, ainda que não implementada a condição suspensiva.
 - D) tratando-se de situação de fato submetida à condição suspensiva, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
 - E) tratando-se de situação jurídica submetida à condição resolutória, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
- 36.** Considera-se nulo o termo de inscrição em dívida ativa, quando houver erro ou omissão quanto:
- A) ao montante dos juros devidos.
 - B) à denominação do tributo inscrito.
 - C) à data de abertura do processo de cobrança.
 - D) à origem e natureza do crédito, mencionando a disposição legal em que se fundamenta.
 - E) ao domicílio ou residência do devedor e/ou dos corresponsáveis.
- 37.** São modalidades de exclusão do crédito tributário:
- A) anistia.
 - B) prescrição.
 - C) indulto.
 - D) pagamento.
 - E) decisão judicial transitada em julgado.
- 38.** A União desapropriou uma área na zona urbana do Município X, que foi invadida por cidadãos que lá residem há trinta anos. O Município passou a efetivar a cobrança de IPTU desses cidadãos. Sobre essa cobrança, é correto afirmar que:
- A) a cobrança de IPTU na área de propriedade da União Federal viola a limitação de tributação recíproca dos entes federativos, prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal.
 - B) é legal, sendo o seu fato gerador a posse da área.
 - C) só deveria ser realizada após a regularização da propriedade por usucapião.
 - D) é legal, sendo a sua base de cálculo o valor venal do imóvel pago na desapropriação.
 - E) a cobrança de IPTU em área desapropriada pela União deve ser objeto de lei federal, em razão do princípio da reserva legal, respeitada a anterioridade tributária.
- 39.** Pertence aos Municípios:
- A) o produto da arrecadação do imposto estadual sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - B) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - C) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - D) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência remanescente atribuída pelo art. 154, I.
 - E) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

Direito Financeiro

40. A receita classifica-se em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital, estas últimas abrangendo:
- A) receitas tributárias.
 - B) receitas de contribuições.
 - C) patrimonial.
 - D) agropecuária.
 - E) recursos financeiros oriundos da conversão, em espécie, de bens e direitos.
41. Sobre a despesa pública, conforme dispõe a Lei nº 4320/64, é correto afirmar que:
- A) a liquidação de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - B) é vedada a liquidação de despesa sem prévio empenho.
 - C) o empenho da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ao pagamento, devendo ser precedido da liquidação.
 - D) o empenho será feito por estimativa quando não se possa determinar o montante da despesa.
 - E) é vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
42. A Lei nº 4320/64 dispõe que “a lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade”. É parte integrante da Lei do Orçamento:
- A) quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
 - B) quadros demonstrativos da despesa.
 - C) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.
 - D) quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
 - E) quadro demonstrativo das notas de empenhos emitidas no exercício anterior.
43. A Lei Complementar nº 101/00, denominada “Lei de Responsabilidade Fiscal”, define os seguintes institutos:
- A) dívida pública consolidada ou fundada: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
 - B) dívida pública mobiliária: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

- C) dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a vinte e quatro meses.
- D) operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- E) concessão de garantia: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

Direito Ambiental

44. São objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6938/81:
- A) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
 - B) planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
 - C) definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - D) proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
 - E) recuperação de áreas degradadas.
45. A Lei nº 14.249/2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente no âmbito do Estado de Pernambuco, prevê imposição das seguintes sanções administrativas:
- A) multa simples, que variará de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
 - B) pena restritiva de direitos.
 - C) advertência verbal e por escrito.
 - D) emissão da certidão de débitos ambientais, positiva ou negativa, a depender da gravidade da infração.
 - E) perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pela União, pelo Estado de Pernambuco e seus municípios.

46. Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios, ou de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima será:

- A) de 5 (cinco) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura.
- B) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura.
- C) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura.
- D) de 400 (quatrocentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura.
- E) de 600 (seiscentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

47. A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) poderá celebrar Termo de Compromisso com o autuado. O descumprimento das obrigações estabelecidas no citado Termo acarretará os seguintes efeitos:

- A) na esfera administrativa, instauração de processo administrativo para apurar as causas do descumprimento.
- B) na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.
- C) Na esfera penal, o encaminhamento de representação ao Ministério Público Estadual.
- D) instauração de sindicância e inquérito administrativo.
- E) advertência por escrito e emissão de certidão negativa de débitos ambientais.

Direito Civil

48. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os pródigos.
- B) os portadores de enfermidade ou deficiência mental, que não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D) os viciados em tóxicos e os ébrios habituais.
- E) os menores de dezoito anos.

49. Quanto às pessoas jurídicas, analise as proposições abaixo.

- 1) As pessoas jurídicas de Direito Público Interno são a União, os Estados, os Municípios, os Territórios e o Distrito Federal.
- 2) As pessoas jurídicas de Direito Privado se organizam em forma de associações, sociedades e fundações.
- 3) As associações não têm finalidade econômica, não gerando direitos e obrigações recíprocas entre os associados.
- 4) As fundações poderão ter fins religiosos, econômicos, morais, sociais, culturais ou de assistência, cabendo ao Ministério Público do local em que estão instaladas velar pelo seu funcionamento, dentro da legalidade e lisura.
- 5) As pessoas jurídicas de Direito Privado podem ser dissolvidas, hipótese em que subsistirá até ser concluída a liquidação, devendo ser averbada a dissolução no registro em que foi inscrita.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1 e 5.
- C) 2 e 3.
- D) 4 e 5.
- E) 2, 3 e 5.

50. Sobre os Registros Públicos, é incorreto afirmar que:

- A) os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.
- B) nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.
- C) a averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.
- D) através de requerimento administrativo dirigido ao Escrivão do Cartório de Registro Civil a parte interessada poderá obter a restauração, a omissão ou retificação de assentamento no Registro Civil, desde que anexe os documentos comprobatórios, podendo ou não indicar testemunhas.
- E) admite-se o cancelamento total ou parcial de referir-se a qualquer dos atos passíveis de registro público, a requerimento das partes capazes que tenham participado do ato registrado, a requerimento do interessado ou da Fazenda Pública.

51. Sobre as espécies de contratos regidas pelo Código Civil Brasileiro, analise as proposições abaixo.

- 1) Um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- 2) Quando o contrato é firmado entre o cônjuge adúltero favorecendo o seu cúmplice, é passível de anulação, pelo outro cônjuge ou pelos herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
- 3) Alguém se obriga a ceder a outrem, por tempo determinado ou não, o uso e o gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.
- 4) Consiste na outorga de poderes a alguém para praticar determinados atos do interesse e em nome do contratante.
- 5) Somente é admissível quando realizado por escrito e ocorre quando alguém garante perante outra pessoa cumprir com uma obrigação, na hipótese de inadimplência do devedor.

Assinale a alternativa que identifica corretamente a espécie de contrato a que corresponde cada uma das proposições acima, observando a ordem crescente dos respectivos itens (de 1 a 5).

- A) Contrato de transferência de domínio, contrato de comodato, contrato de aluguel, contrato de delegação de poderes e contrato de obrigação de fazer.
- B) Contrato de compra e venda, contrato de empréstimo, contrato de permissão de uso remunerado, contrato de mandato e contrato de garantia.
- C) Contrato de compra e venda, contrato de doação, contrato de locação, contrato de mandato e contrato de fiança.
- D) Contrato de transferência de domínio, contrato de empréstimo, contrato de cessão de uso remunerado, contrato de outorga de poderes e contrato de fiança.
- E) Contrato de compra e venda, contrato de comodato, contrato de locação, contrato de delegação de poderes e contrato de garantia.

52. Sobre “posse e propriedade”, é correto afirmar que:

- A) diz-se que o detentor ou possuidor é aquele que tem o exercício fático, total ou parcial, de alguns dos poderes inerentes à propriedade.
- B) os atos de mera permissão ou tolerância induzem a posse, desde que se trate de bem móvel, porém não autorizam a sua aquisição os atos de violência ou de clandestinidade, senão depois de cessar tais circunstâncias.
- C) alguém que reside em imóvel urbano, firmando no mesmo sua moradia habitual, durante dez anos consecutivos, agindo como se fosse seu, sem que tenha havido qualquer oposição, mesmo que não possua qualquer título e não esteja de boa-fé, poderá adquirir o direito à propriedade do imóvel mediante sentença judicial declaratória.
- D) admite-se usucapião de bem móvel, quando alguém permanece na sua posse, como se fosse proprietário, por mais de cinco anos, desde que detenha o justo título e esteja de boa-fé.

- E) O imóvel urbano ou rural, desde que não haja ninguém imitado na posse e esteja abandonado, em razão do proprietário não ter mais interesse em conservá-lo em seu patrimônio, será declarado bem vago, transferindo-se de imediato a propriedade para o Município.

Direito Processual Civil

53. Acerca da competência em matéria civil, assinale a alternativa correta.

- A) A competência territorial é relativa, porém a competência para o inventário, de acordo com o Art. 96 do Código Civil, é o foro da localização da maioria dos bens imóveis objeto do inventário.
- B) No que se refere às ações de mandado de segurança, a competência de juízo é definida em razão da matéria, independente da qualificação e da hierarquia da autoridade que praticou o ato impugnado.
- C) O réu deverá alegar como preliminar de sua contestação a incompetência absoluta de juízo, caso contrário não poderá mais fazê-lo, em razão da preclusão da matéria.
- D) Os conflitos de competência podem ser positivos ou negativos, configurando-se, também, quando dois ou mais juízes têm posicionamentos divergentes quanto à reunião ou separação de processos.
- E) O foro de eleição é aquele que é definido de comum acordo pelos contratantes, hipótese em que deve constar no termo do contrato o juízo e o local competentes para apreciar as controvérsias oriundas do ajuste, prevalecendo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

54. No que se refere ao processo de conhecimento, é incorreto afirmar que:

- A) a concessão da tutela antecipada nas ações em que é ré a Fazenda Pública obedece aos mesmos requisitos aplicáveis nas lides entre particulares.
- B) aplica-se a todas as causas o procedimento comum, que poderá ser na forma ordinária ou sumária.
- C) no procedimento sumário, o rol de testemunhas deve ser apresentado na petição inicial, enquanto que no ordinário, o depósito do rol será feito no prazo fixado pelo juiz ao designar a audiência. Caso o juiz não estipule prazo, será de até dez dias antes da audiência.
- D) no prazo de quinze dias para o réu apresentar defesa, deverá, se for o caso, oferecer a contestação, a reconvenção e as exceções.
- E) o incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte suscitar-lo na contestação ou no prazo de 10 dias, contados da intimação da juntada aos autos do documento objeto do incidente.

55. Sobre a fase probatória do processo de conhecimento, pode-se afirmar que:

- A) o Código de Processo Civil admite, sem restrição, que as partes convençionem de maneira diversa da forma como regulamenta em seu Art. 333, o ônus da prova.
- B) o depoimento pessoal é um meio de prova e ocorre quando o juiz intima as partes para que compareçam a juízo para serem interrogadas na forma prescrita para a inquirição das testemunhas, e caso não o façam, sem justo motivo, será aplicada a penalidade de confissão ficta quanto à matéria de fato.
- C) na hipótese da testemunha estar comprovadamente impossibilitada de comparecer à audiência para depor, admite-se que seja interrogada de forma antecipada ou mediante carta.
- D) quando a prova dos fatos depender de conhecimento especial técnico, é cabível a prova pericial feita através de peritos com formação específica, indicados pelas partes, dentro de cinco dias, contados da intimação do despacho de deferimento da perícia.
- E) a inspeção judicial se constitui em meio de provas, através da qual o juiz comparece ao local onde se encontra a pessoa ou o objeto pertinente ao fato que pretende comprovar, sendo vedado às partes assistirem a inspeção.

56. O julgamento da ação dar-se-á com a sentença, na qual o julgador acolhe ou rejeita, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor, ou extingue o processo sem julgar o mérito. A esse respeito, analise as proposições abaixo.

- 1) Quando a ação tem por objetivo a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará prazo para o cumprimento da obrigação.
- 2) Publicada a sentença, somente é dado ao juiz corrigir as inexatidões materiais e os erros de cálculos, por ventura havidos, mediante requerimento das partes.
- 3) A sentença faz coisa julgada, tendo força de lei nos limites da lide e das questões decididas, com relação às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros.
- 4) As sentenças que não determinam o valor são liquidadas por cálculo do contador, na hipótese da determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético.

Estão corretas:

- A) 1 e 2.
- B) 2 e 4.
- C) 1 e 3.
- D) 3 e 4.
- E) 2, 3 e 4.

57. Sobre os prazos processuais, é correto afirmar que:

- A) são contínuos, apenas são interrompidos nos dias santos e feriados e são suspensos na superveniência de férias.
- B) não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 48 horas o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- C) computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- D) na hipótese do advogado não restituir os autos no prazo legal, o juiz determinará que sejam riscados o que neles houver escrito ou desentranhar as petições e documentos acostados.
- E) havendo nos autos litisconsortes com advogados distintos, os prazos para contestar, recorrer e falar nos autos de modo geral, ser-lhes-ão contados em dobro, em triplo ou quádruplo, a depender do número de litisconsortes que estiverem representados por procuradores diversos.

58. O procedimento cautelar poderá ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente. Sobre a matéria, é correto afirmar que:

- A) em regra, as medidas cautelares são deferidas independentemente de audiência das partes, dispensando-se a audiência prévia, quando o juiz entender necessário.
- B) o prazo de quinze dias fixado para a propositura da ação principal, quando houver ação cautelar preparatória, é contado da data em que a parte tomar ciência da decisão concessiva da liminar.
- C) o Código de Processo Civil prevê três espécies de procedimentos cautelares específicos: o arresto, o sequestro e a busca e apreensão.
- D) a parte que tiver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens poderá requerer judicialmente o arrolamento de bens, porém, em se tratando de credores, somente será admitido nos casos em que tenha lugar a arrecadação de herança.
- E) no prazo de dez dias, contado em quádruplo a partir da juntada aos autos do mandado de citação, devidamente cumprido, ou da execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificação prévia, a Fazenda Pública deverá contestar a ação cautelar, indicando de logo as provas que pretende produzir.

59. Sobre os recursos processuais, analise as proposições abaixo.

- 1) Recurso cabível para reformar a sentença, interposto através de petição nos autos, onde constem o nome e a qualificação das partes, os fundamentos de fato e de direito e o pedido de nova decisão, devolvendo ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- 2) Recurso cabível quando há na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, ou, quando é omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.
- 3) Recurso interposto através de autos apartados, de decisão interlocutória suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como, das decisões que inadmitem o Recurso de Apelação e que admitem e fixam os efeitos em que é recebido.
- 4) Recurso cabível das decisões denegatórias, de única instância, do Supremo Tribunal Federal que julgam Mandados de Segurança, *Habeas Data* e de Mandados de Injunção.
- 5) Recurso cabível das decisões que inadmitirem o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial, interposto através de petição nos autos, no prazo de 10(dez) dias, cabendo o julgamento respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa que corresponde à espécie de recurso a que se refere cada uma das proposições acima, na ordem sucessiva das proposições (de 1 a 5).

- A) Apelação, Agravo de Instrumento, Embargos Infringentes, Recurso Adesivo, Recurso Extraordinário.
- B) Recurso Ordinário, Embargos de Declaração, Agravo Retido, Agravo de Instrumento e Recurso de Agravo.
- C) Apelação, Embargos de Declaração, Agravo de Instrumento, Embargos Infringentes e Recurso Ordinário.
- D) Apelação, Embargos de Declaração, Agravo de Instrumento, Recurso Ordinário e Recurso de Agravo.
- E) Apelação, Embargos Infringentes, Agravo de Instrumento, Recurso Extraordinário e Agravo Retido.

60. A execução da sentença é processada nos próprios autos, sem que enseje processo autônomo, na sistemática atual do Código de Processo Civil. Sobre a matéria, é incorreto afirmar que:

- A) a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo, é título executivo judicial.
- B) o cumprimento da sentença penal condenatória, da sentença arbitral e da sentença estrangeira efetuar-se-á perante o juízo cível competente.
- C) o não pagamento da quantia certa a que foi condenado o devedor no prazo de quinze dias, acarretará acréscimo da condenação da multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
- D) é possível a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, mediante requisição do juiz competente à autoridade supervisora do sistema bancário, de informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.
- E) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10(dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal competente, o qual será realizado observando-se a ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

Direito Previdenciário

61. A aposentadoria é um direito previdenciário que, no regime geral de previdência social, não se concede:

- A) por invalidez, quando o segurado for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- B) por idade, quando o segurado completa 65 anos e, se mulher, ao completar 60 anos de idade, desde que cumprido o período da carência legal.
- C) por tempo de serviço, ao segurado que completar 25 anos de serviço, se for do sexo feminino, ou 30 anos, se do sexo masculino, observado o tempo de carência exigido na lei.
- D) sob a modalidade de Aposentadoria Especial, após cumprido período legal de carência, quando o segurado trabalha em condições insalubres ou perigosas pelo período de 15, 20 ou 25 anos, conforme dispuser a lei.
- E) por tempo de contribuição, de forma proporcional, ao segurado que completar vinte anos de contribuição se for do sexo feminino ou vinte e cinco anos, se do sexo masculino, observado o período da carência legal.

62. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é concedido regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo órgão público. Sobre o regime de previdência especial dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- A) a aposentadoria por invalidez permanente assegura ao servidor o direito de perceber proventos integrais, independentemente da causa da invalidez.
- B) a aposentadoria compulsória ocorre quando o servidor completa setenta e cinco anos de idade, ou, se servidora, setenta anos, assegurando-lhe proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- C) a aposentadoria voluntária dar-se-á a requerimento do servidor, desde que esteja em efetivo exercício no serviço público há pelo menos dez anos, bem como, ocupe no período mínimo de cinco anos, o cargo público em que pretende se aposentar, e preencha os requisitos de idade e de tempo de contribuição.
- D) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência especial do serviço público.
- E) o regime especial de previdência do serviço público estende-se ao servidor que ocupa exclusivamente cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

63. Sobre a previdência complementar no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) o regime de previdência complementar poderá ser instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para os seus respectivos servidores, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- B) o regime de previdência complementar será implantado através de lei de iniciativa do Congresso Nacional, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública, que oferecerão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
- C) o servidor poderá aderir à previdência complementar, mediante opção prévia e expressa, desde que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.
- D) na hipótese de ser instituído o regime de previdência complementar, é vedado adotar o teto fixado para os benefícios do regime geral de previdência social como limite máximo do valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas sob tal regime.
- E) em nenhuma hipótese a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedade de economia mista, empresas públicas e outras entidades públicas poderão fazer aportes de recursos públicos às entidades de previdência privada.

64. No que se refere aos benefícios previdenciários, é assegurado(a) ao servidor público federal:

- A) auxílio maternidade devido em razão do nascimento com vida de filho(a) da servidora, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público.
- B) pensão por morte, em caráter temporário ou vitalício, podendo os beneficiários legais requerê-la até cinco anos após o óbito do servidor.
- C) auxílio reclusão devido à família do servidor ativo ou inativo, que for preso, cessando o pagamento a partir do dia imediato ao que for posto em liberdade, ainda que condicional.
- D) licença à gestante, por cento e vinte dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração e do emprego, e licença paternidade pelo período de cinco dias consecutivos pelo nascimento ou adoção de filho.
- E) licença para tratamento de saúde, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus o servidor, sendo dispensada a perícia oficial, desde que seja apresentado atestado médico particular, onde conste o CID da doença que motivar o afastamento.